

1

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE JANEIRO DE 2025 DO CONSELHO**
2 **ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ – CEPI/PR**

3

4 Ao décimo sexto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas
5 reuniram-se extraordinariamente de modo on-line conselheiros (as) titulares e suplentes
6 do Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPI/PR, Sociedade Civil e Poder Público,
7 Convidados e Ouvintes. Participantes: **Conselheiros Sociedade Civil:** Antoninho Karay
8 Dalani/Etnia Guarani (titular), Eloy Jacintho/Etnia Guarani (titular), Everton Cipriano/Etnia
9 Kaingang (titular), Osmarina/CIMI (titular), Geovane Machado dos Santos/ Etnia Kaingang
10 (suplente), Miguel Alves/ Etnia Kaingang (titular), Everton Lourenço/ Etnia Guarani
11 (titular), Rivelino Gabriel de Castro/ Etnia Guarani (titular), Adriano da Silva/ Etnia Xetá
12 (titular), Fátima Kóyo/Etnia Kaingang (titular), Angelo Kävigtánh/Etnia Kaingang (titular),
13 Silas Ubirajara Donato de Oliveira/Etnia Kaingang (suplente). **Conselheiros**
14 **Governamentais:** Josieli Spenassatto/SEEC (titular), Gustavo Mussi/CC (titular), Bruno
15 Reis Martins/SEDEST (titular), Miriam Fuckner/SEAB (titular), Dulcinéia Galliano
16 Pizza/SETI (titular), Melissa Colbert/SEED (titular), Felipe Kamaroski/SEMIPI (suplente),
17 Caroline Willrich/FUNAI (suplente), André Luiz Brandão/SESP (titular), Daniel
18 Andreatta/SEDEF (suplente), Rosane Souza Freitas/SESA (suplente), Sauri Pafej/FUNAI
19 (titular). **Convidados e ouvintes:** Ge Figueiredo/COPCT, Natália Schmidt/COPCT
20 Eduardo Filho/DIRPICT, Luiz Henrique/COPCT, Ana Caroline/CGY, Giulia Bordim/IAT,
21 Lucas/NUPIER, Rafael Pacheco/CGY, Bárbara/CAOP/MP, Dr. Rafael Moura/CAOP/MP.
22 **Secretária Executiva:** Taise Alessandra Passos. **Pauta: 1. Ataques às comunidades**
23 **indígenas do oeste do Paraná. Secretária Executiva** realiza a verificação de quórum.
24 **Miguel/Etnia Kaingang** dá as boas-vindas. Comenta que gostaria que a reunião fosse
25 presencialmente pois tem várias reclamações, principalmente com relação a falta do
26 presidente do Conselho. Têm acompanhado muitas reuniões sobre conflitos e falta a
27 representação do presidente. Quer uma solução. Declara aberta a reunião. **Gustavo**
28 **Mussi/CC** questiona o que o estatuto diz sobre as faltas. **Felipe/SEMIPI** diz que o
29 presidente está afastado oficialmente por motivos de saúde e quem assume é o Miguel.
30 **Secretária Executiva** explica que são 3 faltas sem justificativa para ser solicitada a
31 substituição do conselheiro. Como nesse caso se trata da presidência, o vice-presidente
32 Miguel deve assumir as tratativas. Afirma que pode fazer uma votação para substituir o

2

3

4

33 presidente. **Antoninho/Etnia Guarani** concorda que o vice deve continuar a reunião, mas
34 também deve existir uma nova nomeação. **Eloy/Etnia Guarani** concorda com a fala do
35 Miguel, pela necessidade de uma presidência pede para que encaminhem a eleição do
36 vice como presidente, não há motivo de espera. **Adriano/Etnia Xetá** expõe que devem
37 seguir o estatuto, se o presidente não estiver, o vice deve assumir. Veio para participar da
38 reunião e ela deve continuar. **Felipe/SEMIPI** pede para que sigam a pauta. **Secretária**
39 **Executiva** encaminha para o começo da discussão, chamando a sociedade civil.
40 **Miguel/Etnia Kaingang** não esteve na reunião, solicita que o Eloy direcione. **Eloy/Etnia**
41 **Guarani** relata a reunião. Conversaram com o Dr Olympio e encaminharam documentos
42 com a SEMIPI. Enquanto CEPI observaram a necessidade de fazer esse movimento junto
43 às outras secretarias para a proteção do povo Avá Guarani, que está sofrendo ataques
44 coordenados, situação que envolve jovens baleados. Os encaminhamentos propostos
45 foram: Investigação dos ataques e punição. Os ataques estão ficando impunes apesar de
46 serem pré-anunciados. Antes do ataque existe algum chamado/informação dos grupos
47 que estão praticando. As comunidades estão sendo monitoradas, por isso os ataques têm
48 bastante êxito. Foi sugerido também uma reunião ampliada na busca de solução desses
49 conflitos territoriais com a Itaipu, MP, Governo do Estado, forças de segurança e,
50 lideranças e organizações indígenas. Comenta da liberação de recursos da Itaipu em que
51 mesmo assim há a dificuldade de adquirir os territórios. Precisam de esclarecimentos
52 desses entes. Trataram também da dificuldade da comunidade em torno dos territórios,
53 para acesso de serviços básicos, sofrendo racismo muito forte para acessar a cidade.
54 Pensar nas soluções em conjunto com todos os entes do Estado. Em relação a fala do
55 Governador, que reconhece a fala errada, mas isso alimentou um sentimento da
56 comunidade e colocou lenha na fogueira. Pontua que de repente uma postura dos órgãos
57 de Estado ajuda na interrupção desse conflito e do racismo da região. Diz que se deparou
58 com a continuidade da pressão em cima das comunidades indígenas por um vídeo
59 produzido pela RICTV, incentivando os conflitos, em que falam de drogas e classificam as
60 lideranças como traficantes e invasores, só agravando a situação. Devem pensar como
61 podem apoiar com o mínimo de condições, com alimentos e água potável, através do
62 Conselho conseguem movimentar alguma secretaria que consiga dar essa assistência. O
63 Paraná deve dar condições básicas para a comunidade e evitar esses ataques
64 coordenados. **Felipe/SEMIPI** comenta que com relação às medidas que estão sendo

65 tomadas, existe a previsão de conclusão de um projeto na SEMIPI para fazer o
66 levantamento de grau de litígio em Guaíra e Terra Roxa, Santa Helena e Itaipulândia. Não
67 há informações sobre o grau de litígio, quantas pessoas estão ali, condições
68 socioeconômicas, territórios, ocupações, que são essenciais para desenhar políticas
69 públicas efetivas. Precisam dimensionar o problema, fazer esse levantamento, produzir
70 um estudo sobre a região para saber onde é mais efetivo que o problema seja combatido.
71 Afirma que no dia 6 de janeiro foi recebido um ofício da Câmara dos Deputados Federais
72 em que solicitavam e cobravam diversos órgãos sobre as medidas tomadas na região. A
73 resposta da SEMIPI foi que existe um entendimento de que o conflito, se não houver
74 demarcação e a regularização fundiária, tende a se arrastar. Comenta também um
75 problema de inteligência, uma falta de comunicação entre a Polícia Federal e a Polícia
76 Militar, inexistente um sistema de inteligência integrado atuando na região. Pois foi avisado
77 que aconteceriam mais ataques. É o que tem sido estabelecido na SEMIPI até agora.
78 **Miguel/Etnia Kaingang** relata que esteve na região e não sabe como estão
79 sobrevivendo, pois a situação está bem precária, estão sem alimentação e sem água
80 potável. Sobre a demarcação, a FUNAI não tem como resolver já que a dívida é da Itaipu.
81 Quando é um território negociado por uma empresa, a empresa é responsável. Sugere
82 que enquanto Conselho devem pressionar a Itaipu para que compre os territórios e com
83 divisões concretas. Pois existem vários acampamentos e não existe um território com
84 uma terra só. Precisam ver como será a compra do território para colocar a população e
85 assim acabar com os ataques. Os invasores são os que estão atacando, os indígenas
86 estão no território deles. **Luiz Henrique/COPCT** acrescenta sobre as ações imediatas da
87 SEMIPI, a pedido do Eduardo mobilizaram a Defesa Civil para fazer uma ajuda
88 emergencial humanitária para a região, também protocolaram a Segurança Pública, a
89 Secretaria de Educação, o MP e a Defesa Civil que cobrarão uma postura mais efetiva de
90 investigação e punição dos culpados. Ressalta que a Coordenação de Povos e
91 Comunidades Tradicionais está agindo o mais rápido possível com ajudas emergenciais e
92 no oficiar dos órgãos responsáveis pedindo uma ação rápida. Outra ação foi trabalhada
93 com a AMIOR, a ajuda com o transporte para levar mantimentos e auxílio humanitário. A
94 SEMIPI é uma secretaria de articulação, defesa de direitos e promoção de direitos,
95 trabalha articulando com as demais secretarias que tem o poder operacional e achar uma
96 solução. **Osmarina/CIMI** diz que a CGY está presente e poderiam fazer uma fala.

97 **Lucas/NUPIER** se apresenta como assessor jurídico da Defensoria Pública. Comenta que
98 estiveram em Guaíra e visitaram as instituições policiais e a FUNAI, visitaram o território
99 atacado. Estiveram em contato com as instituições para verificar como estão atuando e
100 como a Defensoria pode auxiliar. Esse conflito é sempre colocado no âmbito federal e a
101 parte estadual é bastante esvaziada, mas os direitos de alimentação, segurança e
102 moradia também são direitos que o Estado deve efetivar. A Defensoria vai voltar e fazer
103 um levantamento, um estudo social, somente sobre o território atingido recentemente. Do
104 ponto de vista da segurança pública a população está de acordo com a presença da força
105 nacional, com o efetivo ampliado e se sentem seguros por agora, mas pela noite ainda
106 existe uma certa insegurança. **Ana Caroline/CGY** se apresenta. Atua no estado com foco
107 na região oeste e é representante jurídica das comunidades nas ações que tem por objeto
108 a demarcação e a reparação histórica devida por Itaipu aos povos. O ano todo de 2024
109 estiveram denunciando os ataques, o ano todo com a presença da força nacional, e ainda
110 sim testemunharam o ataque do dia 03/01. Os indígenas que foram baleados estão em
111 situação de extrema vulnerabilidade, o atendimento para essas vítimas é prioridade e
112 para além disso reforça a investigação, a proteção das lideranças e da comunidade que
113 sofrem com exposição indevida pela mídia. Acredita que a atuação do estado na
114 educação pode ter uma contribuição bem relevante, pela sociedade da região ser
115 extremamente racista. Precisam de uma campanha emergencial de conscientização, de
116 re-educação para a questão indígena. Deve ser exposto todo o histórico de violência que
117 a Itaipu cometeu com os Ava-Guarani, a empresa precisa ser pressionada a dar uma
118 resposta. Estão a dois anos em uma mesa de conciliação tentando acordar com a Itaipu
119 em uma negociação difícil, é preciso, é relevante essa pressão. Afirma que a demarcação
120 é o que efetivamente resolverá os problemas a longo prazo, é preciso olhar para todas
121 essas medidas emergenciais comentadas mas em paralelo olhar para o que tem a
122 capacidade de de fato mitigar o problema de forma definitiva. **Felipe/SEMIPI** questiona à
123 SESP quantos policiais foram enviados à região. **Secretária Executiva** comenta a
124 respeito de uma visita entre os dias 27 e 29 de janeiro, da Comissão de Assuntos
125 Fundiários do TJ, acha relevante o CEPI acompanhar. **Daniel/SEDEF** verificou o
126 regimento com as câmaras temáticas e se encaixa perfeitamente com as questões
127 relatadas. Questiona quem faz parte das câmaras temáticas, questiona também quem da
128 comissão participa das tratativas de acordo com a Itaipu. Expõe que talvez seja

129 interessante uma visita do próprio Conselho, e pergunta de que maneira junto ao TJ
130 podem ficar mais ligados do que vem acontecendo. **Secretária Executiva** explica sobre
131 as câmaras do Conselho. Relacionado a Comissão de Assuntos Fundiários já havia sido
132 solicitado a inclusão do Conselho e receberam negativa. Foi conversado com a secretária
133 da comissão que o Conselho poderia acompanhar as visitas técnicas mas não poderia
134 participar das reuniões fechadas. É algo que os conselheiros já vem comentando sobre
135 participar mais ativamente dessas mediações e estar em diálogo com os órgãos, mas
136 realmente existiu uma dificuldade de incluir o CEPI e talvez fosse o caso de entrar com
137 uma solicitação mais incisiva. Sugere que saia como encaminhamento, a participação das
138 comissões ou grupos que trabalham nesse sentido. Comenta da participação da câmara
139 de mediação da AGU, estavam acompanhando mas não estão mais convidando o
140 Conselho para participar, pode existir uma cobrança aqui também. Outra sugestão que foi
141 abordada na última reunião, foi a possibilidade de criação de um GT interinstitucional de
142 maneira permanente para trabalhar com essa articulação. **Daniel/SEDEF** cita que como
143 alguns órgão não convidam o Conselho, sugere que façamos de maneira mais incisiva
144 para que não fiquemos discutindo somente o que ocorreu. **Felipe/SEMIPI** menciona que o
145 Conselho tem representação em algumas instâncias, mas tem encontrado muitas
146 barreiras em conversas oficiais com os entes federais. Os órgãos federais não tem
147 respondido. **Gustavo Mussi/CC** informa que a SUDIS representa o governo na câmara
148 de conciliação do TRF4, tem acompanhado algumas reuniões no que diz respeito a esse
149 conflito. Traz algumas informações que estão registradas em ata, pode compartilhar as
150 atas também. As câmaras são muito técnicas, tratam os procedimentos legais, e
151 extensivas, sobre as partes que buscam evitar o conflito. Itaipu costuma participar muito
152 pouco, e fala-se que o recurso que há avaliação dos terrenos não é uma leva só, estão
153 sendo priorizadas as áreas que estão ocupadas, mas como não se trata de
154 desapropriação e sim de compra, demandam mais negociações. Para semana que vem
155 pode disponibilizar um apanhado das atas. **Eduardo Filho/DIRPCT** concorda com tudo
156 que foi dito e ratifica a importância do cronograma ser compartilhado para que possam
157 acompanhar as reuniões e ações entre a equipe. Deixa a Direção a disposição para que
158 possam buscar as soluções de forma imediata. Com relação ao Conselho já teve alguns
159 diálogos e irá buscar o encaminhamento das ações. O próximo passo será pensar na
160 construção do plano estadual de povos indígenas. **Barbara/MP** diz que já estavam

161 acompanhando o caso através do Dr Olympio. Essa semana abriram procedimentos
162 administrativos para acompanhar de formas mais efetivas, os documentos que acharem
163 relevantes, se deixam à disposição para receber. **Miguel/Etnia Kaingang** fala sobre não
164 ter como mudar a vivência das pessoas sem território, devem focar na questão do
165 território. Sua preocupação é de quem já passou por uma situação assim, não existe
166 educação boa sem território, não existe saúde sem território. A questão do Conselho tem
167 por obrigação participar dos encontros que estão tratando as negociações. São eles quem
168 sabem quais as necessidades do próprio povo, não há motivo para negar a participação
169 para os indígenas. O Conselho deve ficar ativo. Reclama que os indígenas são muito
170 cobrados e não estão tendo respaldo, ainda não existem os projetos para as
171 comunidades indígenas. Precisam focar nessas ações. **Eduardo Filho/DIRPCT** concorda
172 com a fala. Relata que infelizmente existem barreiras burocráticas. Reforça a visita ao
173 final do mês. Comenta os planejamentos da direção. Estão realizando a função de
174 fiscalizadores e também cobrando de cada secretaria o retorno para as comunidades
175 indígenas. **Miguel/Etnia Kaingang** reforça que também tem programado uma comissão
176 para fazer uma visita. **Felipe/SEMIPI** lembra que o Conselho já tem representação na
177 região, Izaias e Osmarina. **Secretária Executiva** questiona se a comissão ficou fixa. A
178 Osmarina e o Izaias estão acompanhando, então irão participar, só é necessário ver
179 quem o poder público irá participar. Gustavo e Felipe já estarão na visita, as outras vagas
180 do gov podem ficar para outros membros. **Miguel/Etnia Kaingang** diz ser necessário os
181 parentes da mesma etnia estarem lá. **Eloy/Etnia Guarani** concorda que precisam de mais
182 pessoas da sociedade civil acompanhando as negociações e o fortalecimento das
183 lideranças locais. Disponibiliza seu suplente também que é da região. **Secretária**
184 **Executiva** expõe que irá como coordenação. Do poder público estão indicados Felipe e
185 Mussi. Da sociedade civil estarão Izaias, Osmarina, Daniel e Cornélio. **Miguel/Etnia**
186 **Kaingang** comunica que a sociedade civil vai continuar com a comissão estabelecida na
187 reunião passada. **Adriano/Etnia Xetá** relata que a comissão já foi montada, deve
188 permanecer e quem não for, passa a vaga para outra pessoa que queira ir. A plenária
189 discute quem participará do poder público. Os conselheiros governamentais irão verificar
190 e repassar, visto que existem os cronogramas das secretarias e chefias. **Secretária**
191 **Executiva** solicita os encaminhamentos. **Miguel/Etnia Kaingang** fala que devem focar na
192 situação de segurança, pois é mais urgente. **Secretária Executiva** sugere esperar o

193 retorno da SESP e com o grupo criado agora podem fazer os encaminhamentos por lá e
194 repassar. O que devem fazer com relação às situações do TJ. **Miguel/Etnia Kaingang**
195 pede que tenha um encaminhamento, para o Conselho participar. Encaminhamentos:
196 ofício para a Comissão de Assuntos Fundiários para a participação de um representante
197 do Conselho nas reuniões. **Felipe/SEMIPI** repassa um áudio mandado por Eloy. A
198 proposta do Eloy foi pedindo para engrossar as questões de ajuda humanitária, se não for
199 para o dia 20, para depois. Encaminhamentos: verificar com o pessoal que está
200 organizando ajuda humanitária se o Conselho consegue arrecadar mais alguma coisa
201 para entregar, pela Defesa Civil, ou CONAB, ou SEAB. Eloy sugere uma solicitação de
202 retirada dos pedidos de reintegração de posse nos dois territórios indígenas que têm
203 propriedade do Estado, Santa Helena e Itaipulândia. **Secretária Executiva** questiona com
204 relação ao GT. Encaminhamentos: ofício pelo Conselho. **Angelo/Etnia Kaingang** ressalta
205 as preocupações, devem agilizar os trabalhos, devem se unir, ouvir os caciques e as
206 comunidades. **Eduardo Filho/DIRPCT** ratifica o Plano Estadual, e a importância de
207 compartilhar as agendas com a secretaria executiva e com a DIRPCT, pois muitas
208 agendas acontecem e o Conselho não é notificado. Precisam ter ciência de tudo que está
209 acontecendo e assim fazer um acompanhamento de fato. Informa que logo acontecerá a
210 formação dos conselheiros e em abril será formulado o seminário de povos indígenas.
211 **Sauri/FUNAI** comenta que está atento com relação ao conflito, tem cobrado o pessoal. O
212 INCRA já esteve fazendo diagnósticos. No Estado a segurança demora para fazer o
213 reconhecimento. Afirma que não vai comparecer no território mas terá pessoal
214 substituindo a sua presença. Cobra muito a assessoria da presidência e do MPI em
215 Brasília. É bem complicado a situação de Guaíra, ninguém quer ir trabalhar lá. Se deixa à
216 disposição. Pede para que encaminhem os ofícios para ele também poder informar em
217 Brasília para que agilizem. Devemos começar aqui no Estado, não de lá para cá.
218 **Eduardo Filho/DIRPCT** reafirma que a prerrogativa é nacional, quando Sauri comenta da
219 demora do Estado, diz que deve ser cobrado o governo federal pela importância da
220 celeridade no atendimento ao Paraná. **Felipe/SEMIPI** menciona que todos os estados têm
221 responsabilidade, tanto o Estado quanto a União, isso não isenta o Estado. **Eduardo**
222 **Filho/DIRPCT** diz que dentro das nossas competências estamos fazendo, só pediu a
223 partir de uma fala que foi colocada para deixar as competências alinhadas. **Felipe/SEMIPI**
224 responde que também são competências nossas. **Sauri/FUNAI** expõe que a segurança

225 não é diferente do Estado para a esfera federal. Informa que passaram a informação de
226 Brasília que o estado demora mesmo a dar um ok sobre reforço. O comando estadual e
227 federal é o mesmo. **Miguel/Etnia Kaingang** fala que dívidas históricas todos têm com o
228 Paraná, devem unir forças para chegar mais fácil em um resultado. Devem pensar nas
229 soluções e agilizar as negociações. Encerra a reunião.